IMPACTO DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES NO PROCESSO PENAL: SEGURANÇA JURÍDICA E REFORMA

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Karlis Minders
Breno De Carvalho Fernandes
Wikyan Antony De Sena Sousa
Daniel Guedes Silva De Oliveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNINOVE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Introdução

A uniformização da jurisprudência e a garantia da segurança jurídica são as principais justificativas para decisões dos tribunais superiores atualmente. Nunca se discutiu tanto sobre esse tema em toda a história do. Sentenças e julgados que, outrora, não chamavam tanta atenção de pessoas alheias ao mundo jurídico agora são assuntos recorrentes em rodas de conversa de cidadãos comuns.
Os impactos dessas decisões transcendem os meios políticos e midiáticos, tornando-se cada vez mais evidentes os reflexos diretos e indiretos na sociedade, que, de certa forma, se surpreende diariamente com a forma como essas decisões podem influenciar seu cotidiano. Na cultura brasileira, não é comum que a sociedade acompanhe de perto o Judiciário, especialmente as cortes superiores, mas, aos poucos, isso tem se transformado em uma nova realidade.
Como relatado em alguns meio de informação e comunicação, há frequentes divergências em decisões completamente opostas, mesmo em processos idênticos.

Objetivo

O escopo do presente trabalho é aduzir os impactos da imprevisibilidade jurídica no âmbito social, jurídico e econômico, aprofundando como instabilidade dos pronunciamentos judiciais dos tribunais superiores impactam negativamente a economia, posto que questões jurídicas caminham junto do arcabouço econômico, sendo a função precípua do Poder Judiciário é proteger o Princípio da Segurança Jurídica.

Material e Métodos

A metodologia empregada neste estudo consistiu em uma revisão bibliográfica aprofundada, que envolveu a análise sistemática e crítica de diversas fontes de informação relevantes para a área de conhecimento em questão. Para tanto, foram consultados artigos acadêmicos, publicações especializadas e obras de referência, que forneceram uma base sólida para a compreensão do tema.
Além disso, foram realizadas buscas de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o objetivo de

identificar o posicionamento do tribunal em relação ao problema discutido. Essa análise permitiu uma compreensão mais profunda da interpretação jurisprudencial do tema.

Resultados e Discussão

As decisões dos tribunais superiores impactam de forma direta na segurança jurídica e nas reformas, pois desempenham um papel fundamental na interpretação e na aplicação das normas do Processo Penal, influenciando diretamente a segurança jurídica e os movimentos de reforma legislativa que determinam o significado da lei e o respeito às garantias individuais. A segurança jurídica é um princípio essencial para a estabilidade do sistema penal, pois garante previsibilidade e coerência nas decisões judiciais e consiste em um conjunto de condições que permite as pessoas saberem antecipadamente os seus atos.
As decisões influenciam também nas reformas legislativas, e as escolhas têm peso nas reformas das leis, com várias alterações no Código Penal vindo após as leituras das cortes, como a Lei 13.964/2019. Algumas escolhas levam à criação de novas leis para arrumar erros. Um desafio é dar equilíbrio entre a segurança das leis e a resposta às mudanças na sociedade, trazendo mais certeza

Conclusão

As decisões dos tribunais superiores influenciam diretamente o Processo Penal, promovendo segurança jurídica e orientando reformas legislativas. A previsibilidade das decisões garante estabilidade ao sistema, permitindo adaptação às mudanças sociais sem comprometer a coerência jurídica. Esse equilíbrio fortalece a confiança na Justiça, assegura a proteção dos direitos fundamentais e contribui para a aplicação eficaz das normas, garantindo um ambiente jurídico mais seguro e estável.

Referências

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/impactos-e-desafios-das-reformas-processuais-penais-no-brasil-uma-analise-das-inovacoes-legislativas-e-jurisprudenciais/2637979649
https://www.conjur.com.br/2023-jul-11/direitos-fundamentais-direito-fundamental-seguranca-juridica-constituicao/